

Brasília é ilha de prosperidade, aponta pesquisa

FGV encontrou na capital do País renda mais alta e melhor qualidade de vida

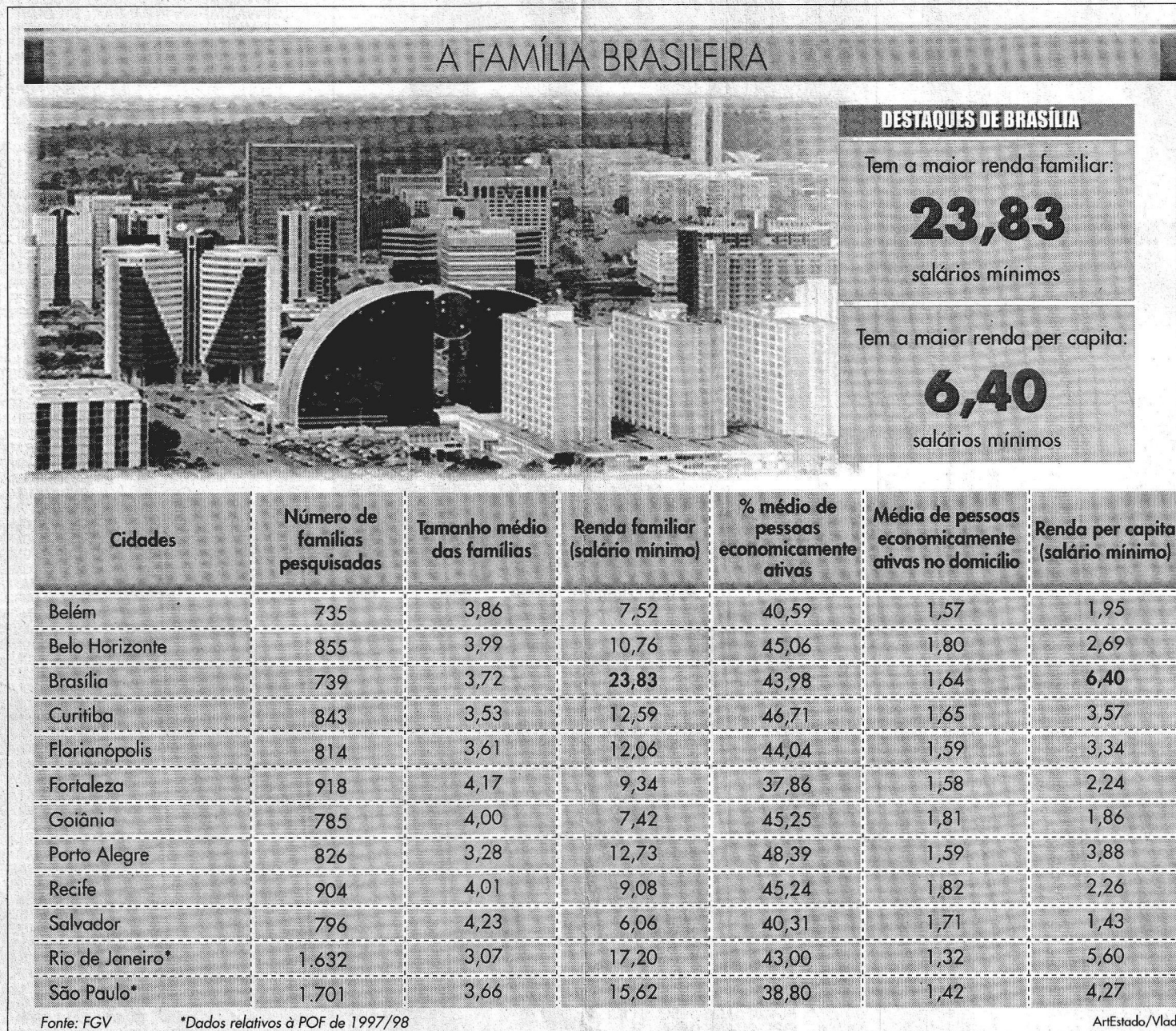
CARLOS FRANCO

As gratificações por cargo, os auxílios-moradia e, em casos escusos, as comissões ou aquele famoso dinheiro por fora, além do alto custo dos serviços cobrados por advogados e lobistas – aqueles que abrem as portas de repartições públicas e até influenciam na elaboração e votação de projetos legislativos – e a presença de políticos de baixo e alto escalões, embaixadores e diplomatas elevaram Brasília à condição de capital com a maior renda per capita do País, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Enquanto, por exemplo, a renda média de 739 lares pesquisados pela FGV na capital federal chegava a 23,83 salários mínimos, entre janeiro e outubro de 2000, quando foram realizadas as entrevistas, o rendimento de 796 famílias pesquisadas em Salvador, a capital baiana, chegava a modestos 6,06 salários mínimos.

O chefe do Centro de Estudos de Preços da FGV, que comandou a pesquisa, Paulo Sidney de Melo Cota, aponta, além dessas explicações, o fato de a pesquisa em Brasília se restringir aos moradores do núcleo da capital para justificar o resultado. Ou seja, o Plano Piloto da cidade projetada pela dupla Oscar Niemeyer-Lúcio Costa, que empurrou para a periferia as chamadas cidades-satélites, aqueles trabalhadores de mais baixa renda e até servidores exercendo funções auxiliares e tidas como menores na administração pública.

Cota acredita que esse pode ser um fator de distorção, mas contrapõe: “A pesquisa concentra-se no município da Capital também em São Paulo, não contabilizando os trabalhadores residentes em municípios da Grande São Paulo como o ABC, Jundiaí ou Osasco”. Assim, ficam de fora também os privilegiados moradores de Alphaville, o condomínio fechado



de Barueri. Ele evita a comparação dos dados de São Paulo e Rio com o de dez outras capitais – Brasília, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife e Salvador –, que agora passarão a integrar o cálculo de inflação da FGV, porque a última POF realizada nessas duas capitais teve os dados coletados em 1997/98.

Na média, diz Cota, são pesquisadas mil famílias em cada uma das capitais, mas muitos questionários são desclassificados por falta de comprovação de renda com os gastos mencionados ou por escassez de alguns dados fundamentais para se traçar o perfil de consumo

das famílias. A POF serve de base para que a FGV faça os cálculos de inflação e ponderação dos dados que compõem os indicadores que integram, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Este é uma média ponderada de três outros indicadores, além do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), o Índice de Preços no Atacado (IPA) e o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC). Os dados da POF, explica Cota, são coletados em quatro fa-

ses do ano, para que as mudanças de hábito causadas pela sazonalidade – primavera, verão, outono e inverno – possam ser captadas.

MORADOR GASTA MENOS COM ALIMENTAÇÃO

Para o economista Raul Velloso, um dos mais respeitados pesquisadores da área fiscal e professor da Universidade de Brasília (UnB), a POF reflete uma situação real e excludente de Brasília. Real, explica ele, porque o funcionalismo público, especialmente aquele que reside no Plano Piloto da capital brasileira,

tem mantido um alto padrão de rendimento e moradia, muitas delas funcionais.

“O salário do funcionalismo ficou sem reajuste desde o Plano Real, mas para aquelas profissões específicas, de profissionais mais graduados, foram criadas gratificações que incidem porcentualmente sobre o salário.” Ele cita o caso da gratificação criada, por exemplo, para os funcionários do Itamaraty, denominada de auxílio à função diplomática, e se pergunta: “Mas não é essa a função desses funcionários?”

Apesar da constatação de que a renda caiu apenas para o chamado “barnabé”, aquele funcionário público que exerce

profissão onde não há competição no mercado que justifique “a distorção das gratificações por isso ou aquilo, com o salário se mantendo inalterado”, ele critica a metodologia da POF. “O Plano Piloto de Brasília é excludente, porque, sem levar em conta as cidades-satélites, é uma ilha de prosperidade”, afirma. E prossegue: “Seria o mesmo que pegar um pedacinho de algum bairro de qualquer capital onde a renda é alta, para proclamar que essa é a mais alta renda do País”.

Exclusão – Mesmo assim, Velloso faz algumas considerações que dão à capital federal esse ar de ilha de prosperidade: “O trânsito não é congestionado, e é possível para quem mora e trabalha no Plano Piloto comer em casa”. Isso, diz Cota, da FGV, é facilmente identificado na POF. Enquanto, por exemplo, o brasileiro residente em Brasília consome apenas 16,2% da renda com alimentação, o residente em Salvador destina 28,5% do que ganha para comer. A média nacional é de 25,1% da renda com este item.

Quando o assunto é educação, leitura e recreação, Brasília mostra, mais uma vez, que tem uma qualidade de vida melhor em relação a outras capitais. Esse item de bom viver ou de futuro mais próspero por meio da educação chega a comprometer 15,9% da renda das famílias brasileiras, muito acima da média do País, de 9,22%, que em Belo Horizonte chega a 8,85% e em Salvador a 8,26%.

A POF também quebra um tabu, de que quem vive no litoral ou em cidades portuárias gasta menos com vestuário. Com exceção de Fortaleza, onde os gastos consomem 4,3% da renda, são os habitantes do Rio, Salvador, Florianópolis e Belém os que mais gastam com vestuário. Comprometem, respectivamente, 5,1%, 5,5%, 5,4%, 5,8% da renda com esse item. A média do País é de 5%, e o paulistano gasta 5,1% do que ganha para se vestir, enquanto o curitibano gasta 5,6%.

Já o morador de Brasília, apesar do auxílio a vestuário pago, por exemplo, pela Câmara e embaixadas, compromete apenas 4,6% com esse item.